

# CADERNO DE PROVAS

Diretor de Unidade Escolar do estado do Tocantins



PROVAS	QUESTÕES	TURNO
Dimensão Administrativa	01 a 15	20/10/2024 das 9:15 às 13:15
Dimensão Pedagógica	16 a 30	
Dimensão Jurídica	31 a 40	
Dimensão Financeira	41 a 50	

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.

1. Neste caderno, constam 50 questões de competência técnica, divididas em quatro dimensões, assim distribuídas: 15 questões da Dimensão Administrativa; 15 questões da Dimensão Pedagógica; 10 questões da Dimensão Jurídica; e 10 questões da Dimensão Financeira.
2. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua.
3. Não é permitido uso de livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
4. Durante as provas, você não deve levantar-se sem permissão, nem se comunicar com outros candidatos.
5. A duração da prova é de quatro horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão de respostas oficial.
6. Você receberá um CARTÃO DE RESPOSTAS OFICIAL, que é de preenchimento obrigatório. Esse documento será utilizado para a correção das provas objetivas. NÃO AMASSE NEM RASURE O CARTÃO. Preencha-o com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas instruções e nos cartões de respostas poderá implicar anulação de sua prova.
8. Você deve permanecer na sala, no mínimo, por 1 hora, antes de entregar a prova.
9. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala e lhe entregue a prova objetiva e o cartão de respostas oficial.
10. Todas as normas do edital que regem este processo seletivo devem ser cumpridas rigorosamente.

NOME DO CANDIDATO

Nº DA INSCRIÇÃO

## DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

### QUESTÃO 1

O Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, em vigor para o exercício a partir de 2024, no Capítulo II, apresenta princípios e objetivos que regem essa norma. No art. 4º, determina como finalidade da unidade escolar de ensino ministrar a Educação Básica em suas etapas e modalidades, de acordo com:

I. o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

II. as normas federais editadas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação;

III. os atos normativos da Secretaria da Educação, os pareceres e as resoluções do Conselho Estadual de Educação do Tocantins;

IV. documentos Curriculares do Ensino Fundamental e Ensino Médio do estado do Tocantins.

É correto o que se afirma em

- A) II, III e IV apenas.
- B) I e II apenas.
- C) I, II e III apenas.
- D) II e III apenas.
- E) I, II, III e IV.

### QUESTÃO 2

O Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino é o documento que normatiza os procedimentos pedagógicos da escola e fornece clareza às tomadas de decisões, a partir do amparo legal. Segundo o art. 5º do Regimento em vigor, o ensino das unidades escolares deve ser ministrado com base nos seguintes princípios:

I. igualdade de condições para o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem funcional;

II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V. valorização do profissional da educação escolar, com a implantação de planos de carreira justos.

É correto o que se afirma em

- A) IV apenas.
- B) II, III e IV apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I, II, III e IV apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

### QUESTÃO 3

O Capítulo III do Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino vigente, no art. 7º, trata da organização das etapas da Educação Básica, considerando a atuação dos entes federados de acordo com seus territórios e contextos específicos. Nesse sentido, afirma-se corretamente que a Educação Infantil é ofertada

A) tanto pelo município quanto pelo estado, assim como o Ensino Fundamental, e o Ensino Médio é ofertado apenas pelo estado.

B) pelo município, o Ensino Fundamental tanto pelo estado quanto pelo município, e o Ensino Médio pelo estado.

C) pelo município, o Ensino Fundamental pelo estado, e o Ensino Médio ofertado tanto pelo estado quanto pelo município.

D) pelo município, assim como o Ensino

Fundamental, e o Ensino Médio ofertado pelo estado.

E) pelo município, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio ofertados pelo estado.

#### Texto para as questões 4 a 6.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com o art. 37 da LDB/96 e dos arts. 15, 16 17 e 18 do Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino, é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade adequada, ou seja, a prescrita em lei. Assim, a oferta dessa modalidade da Educação Básica tem objetivos exclusivos com algumas especificidades na oferta, a fim de assegurar o direito à escolarização àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no recorte etário dos 4 aos 17 anos.

#### QUESTAO 4

A oferta da modalidade EJA, nas etapas fundamental e médio, tem por objetivos:

I. garantir a equidade de condição para o acesso e a permanência na unidade escolar;

II. ofertar educação igualitária e de qualidade, em uma perspectiva processual e formativa;

III. assegurar oportunidade educacional apropriada, considerando as características do educando, seu interesse, condição de vida e de trabalho;

IV. respeitar o ritmo próprio de cada educando no processo ensino-aprendizagem.

É correto o que se afirma em

- A) III e IV apenas.
- B) I, II e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) II, III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

#### QUESTAO 5

Os cursos na modalidade EJA funcionarão de forma presencial, com a presença simultânea de estudantes e professores na unidade escolar, nos horários estabelecidos pelo curso, conforme a carga horária definida na estrutura curricular aprovada pelo órgão competente. Quando houver autorização para o funcionamento na modalidade de Educação a Distância (EaD), com uso de ambiente virtual de aprendizagem, é correto afirmar que, para o curso de EJA no Ensino Médio, a oferta EaD é limitada a

A) 40% de sua carga horária, tanto na formação geral básica, quanto nos itinerários formativos do currículo.

B) 80% de sua carga horária e pode ser realizada apenas nos itinerários formativos do currículo.

C) 80% de sua carga horária, tanto na formação geral básica, quanto nos itinerários formativos do currículo.

D) 80% de sua carga horária e pode ser realizada apenas na formação geral básica do currículo.

E) 60% de sua carga horária, tanto na formação geral básica, quanto nos itinerários formativos do currículo.

#### QUESTAO 6

Os cursos na modalidade da EJA poderão ser ofertados na forma presencial e semipresencial, na modalidade EaD, desde que mediados por tecnologia, garantindo a relação ensino e aprendizagem em diferentes espaços pedagógicos. Para tanto, é necessário considerar a(s) seguinte(s) especificidade(s):

I. a modalidade EaD, com utilização de ambiente virtual de aprendizagem, pode ser ofertada a partir do 2º segmento;

II. presencial mediada por tecnologia pode ser aplicada no Sistema Prisional;

III. a oferta do 1º segmento da EJA será, exclusivamente, na forma presencial.

É correto o que se afirma em

- A) III apenas.
- B) I e II apenas.
- C) II e III apenas.
- D) II apenas.
- E) I, II e III.

#### Texto para as questões 7 a 9.

O Capítulo II do Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino aborda as medidas educativas e os procedimentos para apuração de atos de indisciplina e infrações cometidas no ambiente escolar. A escola, como um reflexo da sociedade, não está imune às suas problemáticas, incluindo a violência, que é uma questão social. Os muros da escola, portanto, não oferecem completa proteção contra os desafios enfrentados pela comunidade. Estudantes, pais, professores e demais profissionais da educação, enquanto membros dessa comunidade escolar, são suscetíveis às diversas formas de violência que ocorrem nos espaços educacionais, frequentados por pessoas que trazem consigo suas vivências e características sociais. Assim, a partir do art. 121, o Regimento apresenta medidas educativas e ações disciplinares aplicáveis aos estudantes que descumprirem as normas, com o objetivo de corrigir condutas e prevenir a reincidência de infrações disciplinares.

#### QUESTAO 7

Conforme o art. 122, constituem medidas educativas aplicáveis ao estudante:

- I. orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, da equipe pedagógica e da direção;
- II. registro dos fatos ocorridos envolvendo o estudante e advertência escrita, assinada pelo estudante e encaminhada ao conhecimento dos pais ou responsáveis, devidamente anotada no Histórico Escolar do estudante;
- III. suspensão de frequência às atividades da classe, por período determinado, assegurando o direito de permanência na unidade escolar ou em outro local determinado para cumprimento

das atividades curriculares e realização de atividades orientadas pelo professor.

É correto o que se afirma em

- A) I e III apenas.
- B) I apenas.
- C) I e II apenas.
- D) III apenas.
- E) I, II e III.

#### QUESTAO 8

Caso verificada a incompatibilidade de convivência na classe ou quando esta significar constrangimento ao estudante ou qualquer outra ação que possa prejudicar o seu aprendizado, após decisão do conselho escolar, o próximo passo é

- A) transferência imediata da escola.
- B) mudança de turma ou de turno.
- C) novo registro dos fatos ocorridos.
- D) criação de uma turma exclusiva.
- E) retratação verbal ou escrita.

#### QUESTAO 9

A Seção V trata das medidas disciplinares aplicáveis ao corpo docente, aos técnicos administrativos e aos demais servidores da unidade escolar e ressalta a necessidade de observância ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Estado do Tocantins. No art. 133, além das vedações previstas tanto no Estatuto dos Servidores quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é também vedado ao professor:

- I. pregar, no exercício de suas atividades, verbalmente ou por escrito, doutrina contrária à filosofia da UE, fazer proselitismo político-partidário e confessional, promover ou praticar atos de indisciplina, agitação ou ofensa à moral e aos bons costumes;
- II. ser remunerado por aulas extras aos

estudantes das turmas para as quais leciona;

III. obrigar o estudante a retirar-se da sala de aula sem antes encaminhá-lo ao setor competente;

IV. utilizar aparelho celular, fones de ouvido e qualquer outro aparelho sonoro dentro das salas de aula/horário de aula, exceto quando contemplado no planejamento escolar.

É correto o que se afirma em

- A) III apenas.
- B) I, II e III apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I, III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

#### Texto para as questões 10 a 15.

A Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, regulamenta o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, cujos efeitos se aplicam a todos os servidores que legalmente ocupam cargos públicos. O cargo público é uma unidade estrutural da administração pública, com denominação própria, atribuições específicas e responsabilidades definidas, bem como um subsídio correspondente.

#### QUESTAO 10

A partir do Capítulo I, a Lei aborda direitos e vantagens quanto ao vencimento, aos subsídios e à remuneração dos servidores do Estado do Tocantins. Mais especificamente no art. 40 preconiza que o servidor perde:

- I. o subsídio ou a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;
- II. a parcela do subsídio ou da remuneração diária proporcional aos atrasos e às saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário a ser previamente estabelecida e autorizada pela chefia imediata;
- III. o subsídio ou a remuneração dos dias em que deixar de comparecer a plantões e escalas de revezamento, exceto quando as faltas forem

justificadas, nos termos dessa lei.

É correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I e III apenas.
- E) III apenas.

#### QUESTAO 11

Conforme preconizado no art. 88, é possível a concessão de licença remunerada ao servidor para

- A) tratamento de saúde; por motivo de doença de pessoa na família; maternidade; para atividade política; por prisão em flagrante, preventiva ou temporária; tratar de interesse particulares; por desempenho de mandato classista.
- B) tratamento de saúde; por prisão em flagrante, preventiva ou temporária; para capacitação; tratar de interesse particulares; por desempenho de mandato classista.
- C) tratamento de saúde; por motivo de doença de pessoa na família; maternidade; para atividade política; para capacitação; tratar de interesse particulares; por prisão em flagrante, preventiva ou temporária.
- D) tratamento de saúde; por motivo de doença de pessoa na família; maternidade; para atividade política; para capacitação; tratar de interesse particulares; por desempenho de mandato classista.
- E) tratamento de saúde; por motivo de doença de pessoa na família; maternidade; para atividade política; para capacitação; por prisão em flagrante, preventiva ou temporária; por desempenho de mandato classista.

#### QUESTAO 12

De acordo com o art. 111, pode ser concedido ao servidor, sem qualquer prejuízo, se ausentar do serviço nos seguintes casos:

- I. por um dia, para doação de sangue;

II. por dois dias, para se alistar como eleitor;

III. por dez dias consecutivos, em razão de: casamento; se pai, nascimento ou adoção de filho; pelo falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos ou curatelados.

É correto o que se afirma em

A) I e II apenas.

B) I, II e III.

C) II apenas.

D) I e III apenas.

E) III apenas.

#### QUESTAO 13

O art. 112 preconiza carga horária de trabalho diferenciada para o servidor público quando comprovar que seu cônjuge, companheiro ou companheira, filhos ou pais sejam portadores de necessidades especiais. Caso comprove tal necessidade especial, o período de trabalho é de quantas horas ininterruptas diárias?

A) 4 horas

B) 5 horas

C) 6 horas

D) 7 horas

E) 8 horas

#### QUESTAO 14

De acordo com o art. 134, o servidor público é advertido sobre certas proibições durante o exercício de suas funções. Entre as proibições, é vedado ao servidor

A) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de terceiros, em detrimento da dignidade da função pública.

B) ausentar-se do serviço após o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

C) recusar fé a documentos privados e

opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou execução de serviço.

D) cometer subordinação em serviço.

E) exercer quaisquer atividades que sejam compatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

#### QUESTAO 15

De acordo o art. 152, as penalidades disciplinares das quais os servidores públicos estão passíveis, são:

I. advertência;

II. suspensão;

III. demissão;

IV. cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V. destituição de cargo de provimento em comissão;

VI. destituição de função comissionada.

É correto o que se afirma em

A) I, II, III e VI apenas.

B) I, II, III e IV apenas.

C) I, II, III, IV e V apenas.

D) I, II e III apenas.

E) I, II, III, IV, V e VI.

## DIMENSÃO PEDAGÓGICA

### QUESTAO 16

De acordo com o Documento Orientador para a (re)elaboração/implementação do Projeto Político Pedagógico, em conformidade com a BNCC/DCTs: “o PPP é o documento orientador da unidade escolar que define a identidade da escola, as diretrizes, os objetivos e as metas a serem alcançados, por meio das ações que contemplem as reais necessidades da gestão escolar, com base nas demandas dos estudantes, pais, professores e demais servidores, com foco na melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem”. Sobre o PPP:

I. é facultativo que sua organização esteja em consonância com as políticas públicas educacionais, porém não deve delimitar as competências e as habilidades a fim de assegurar os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes;

II. precisa ser construído como referência que norteia todos os âmbitos da ação educativa da unidade escolar. Para isso, é preciso afirmar sua identidade, singularidades e propostas a partir das especificidades da comunidade;

III. não consiste em apenas um instrumento técnico, haja vista que, quando elaborado de forma participativa e assertiva, possui a potencialidade de retratar as finalidades da unidade escolar, seus anseios, demandas, objetivos e metas;

IV. seus princípios são: gestão democrática; autonomia; relação entre a escola e a comunidade; valorização dos profissionais da unidade escolar; democratização, acesso e permanência com sucesso do estudante na unidade escolar; qualidade do ensino para todas as unidades escolares; organização curricular;

V. é um projeto que consiste na organização das ações com finalidades claras e definidas as quais visam ao alcance de resultados futuros, partindo de situações vivenciadas no presente.

É correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV apenas.

B) III, IV e V apenas.

C) I, III e IV apenas.

D) II, III, IV e V apenas.

E) I, II, III, IV e V.

### QUESTAO 17

O Documento Orientador para a (re)elaboração/implementação do Projeto Político Pedagógico, em conformidade com a BNCC/DCTs, apresenta as dimensões da gestão escolar. A dimensão pedagógica

A) abrange as competências e as habilidades da BNCC/DCTs, bem como a dimensão do relacionamento professor-aluno, diversidade metodológica, processos avaliativos e estímulo ao protagonismo que, na proposta democrática, não pode presumir a participação de apenas um grupo de sujeitos, mas de toda a comunidade escolar.

B) refere-se aos aspectos gerais de organização da unidade escolar, que favorecem a ação educativa, geralmente liderada pelo diretor e pela equipe gestora. Tem como elemento central a participação, o engajamento e as decisões da Associação de Apoio à Escola / Conselho Escolar, principalmente o Conselho Educacional e Comunitário.

C) exige que o diretor e a equipe gestora tenham acuidade com o patrimônio material, sejam equipamentos, recursos, obras de acervo, bem como com os processos de contratação e aquisições, controle de estoque e da distribuição da Alimentação Escolar.

D) possibilita que a unidade escolar conheça e atenda a legislação vigente, organiza questões relativas ao registro da vida escolar, encaminhamentos em casos de suspeita de violação de direitos e ações de caráter legal adotadas no espaço escolar.

E) é responsável por assegurar e reconhecer que a qualidade do ensino está diretamente relacionada à valorização do

profissional do magistério, na defesa de uma formação continuada consistente, visando contribuir com o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

#### QUESTAO 18

Segundo o DCT, etapa do Ensino Médio, a Educação Integral proposta pela BNCC refere-se à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (Brasil, 2018, p. 14). A partir dessa conceituação inicial, é correto afirmar que

A) a capacidade de se relacionar com os outros, de resolver problemas de forma criativa e tomar decisões com autonomia e responsabilidade não pode ser considerada competência a ser desenvolvida na/pela Educação Integral.

B) a educação integral pode ser compreendida como o desenvolvimento do estudante em sua totalidade e potencialidade, sugerindo uma abordagem escolar para além da tematização de conteúdos e promovendo o desenvolvimento de competências para a vida.

C) à revelia dos conceitos defendidos pela BNCC, os indutores das políticas públicas voltadas para o Ensino Médio têm colocado em discussão outras temáticas que se chocam com a concepção de formação integral, como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que defendem uma visão genérica e propõem uma formação básica baseada nos direitos individuais.

D) a visão mais difundida atualmente sobre Educação Integral visa ao desenvolvimento cognitivo do estudante, contando com a flexibilização curricular, em que o aluno terá parte do currículo destinada à Formação Geral Básica.

E) defende-se a ideia de desenvolvimento de habilidades restritas às três áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias,

Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

#### QUESTAO 19

O Manual do PEENZ (Programa Evasão Escolar: Nota Zero) afirma que o “abandono escolar constitui-se como uma grave forma de violência contra a criança e o adolescente, sendo fundamental que a comunidade escolar e a Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente se articulem para evitar sua ocorrência e/ou para promover a reintegração escolar dos estudantes infrequentes”. Nesse contexto, são integrantes da Rede de Proteção:

- I. Secretarias de Estado e Municipais ligadas direta ou indiretamente às áreas da criança, do adolescente e da família;
- II. Escolas Estaduais;
- III. Conselho Estadual de Educação.

É correto o que se afirma em

- A) I e III apenas.
- B) III apenas.
- C) I e II apenas.
- D) II e III apenas.
- E) I e III apenas.

#### QUESTAO 20

Considerando a condução das práticas avaliativas na implementação do novo Ensino Médio adotadas pelo Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT- TO), Etapa Ensino Médio, analise as seguintes afirmações.

- I. A concepção da avaliação da aprendizagem adotada privilegia uma avaliação técnica com ênfase na memorização e na reprodução do conhecimento, atrelada ao julgamento de resultados e à função classificatória.
- II. A avaliação deve ocorrer em uma perspectiva seletiva e excludente, baseada em objetivos e estabelecimento de critérios que consideram a subjetividade dos sujeitos.
- III. A avaliação como indutora do processo de superação da lógica classificatória e excludente



deve funcionar como um guia para o processo de aprendizagem, associando o ato de educar ao ato de avaliar.

É correto o que se afirma em

- A) III apenas.
- B) I apenas.
- C) II apenas.
- D) I e II apenas
- E) I, II e III.

#### QUESTAO 21

Assinale a alternativa que apresenta uma atribuição do diretor escolar definida pelo Programa Evasão Escolar: Nota Zero (PEENZ) do estado do Tocantins.

- A) Formalizar o termo de cooperação técnica com as instituições públicas e civis, para a execução do PEENZ.
- B) Comunicar à equipe pedagógica da escola, por meio de Formulário de Controle Interno de Faltas Injustificadas (CIFl), a ausência não justificada do estudante por três faltas e/ou dias consecutivos, ou sete faltas e/ou dias alternados no período de um mês.
- C) Após o recebimento da ficha FICAI, preenchida pelo orientador educacional e/ou coordenador pedagógico, acionar o Conselho Tutelar para comunicar o fato, solicitando as devidas providências.
- D) Organizar os registros com os devidos formulários do CIFl, para os professores preencherem com os dados dos estudantes infrequentes.
- E) Mobilizar os estudantes em ações que proporcionem a inclusão e o resgate dos colegas frequentes.

#### QUESTAO 22

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento orientador da unidade escolar que define a identidade da escola, as diretrizes, os objetivos e as metas a serem alcançados, por meio das ações que contemplem as reais necessidades da gestão escolar, com base nas demandas dos estudantes, pais, professores e demais servidores, com foco na melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem.

Disponível em: <https://pt.scribd.com>. Acesso em: 13 set. 2024.

Considerando o texto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Visando à garantia do direito à educação, são disponibilizadas várias estratégias para assegurar a permanência com sucesso do estudante na escola, como os programas Busca Ativa, Evasão Escolar: Nota Zero, Auxílio Brasil Escola, entre outros.

#### PORQUE

II. É imprescindível contar com o auxílio desses programas e estratégias, afim de averiguar análises e diagnósticos obtidos em seus relatórios, também para a construção da identidade da instituição de ensino, com base nas distintas realidades e diversidades que integram a comunidade escolar.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

#### QUESTÃO 23

O documento *Guia de Implementação do Documento Curricular do Tocantins Educação Infantil e Ensino Fundamental*, que visa estabelecer as estratégias para a implementação do DCT, foi elaborado em regime de colaboração entre o estado e os 139 municípios tocaninenses. Sobre as ideias expressas nesse documento, analise as afirmativas a seguir.

I. Ao adotar um currículo que valoriza regionalidade do estado e suas distintas e múltiplas culturas, o DCT visa promover uma educação mais equitativa, assegurar aos alunos acesso a um aprendizado de qualidade e considerar suas realidades locais.

II. O DCT, por meio do regime de colaboração com as diversas instâncias envolvidas no processo de aprimoramento curricular do ensino e da aprendizagem, busca assegurar a concretude de um currículo coerente com as diversas variáveis pedagógicas e sociais.

III. Ao estabelecer um conjunto mínimo de habilidades essenciais, a serem desenvolvidas pelos estudantes durante toda a sua trajetória escolar, o DCT oportuniza o desenvolvimento das competências que ampliam os desafios e a complexidade necessária para o desenvolvimento integral do aluno, independentemente de sua origem ou localidade.

É correto o que se afirma em

- A) I e II apenas.
- B) I apenas.
- C) II apenas.
- D) III apenas.
- E) I, II e III.

#### QUESTÃO 24

De acordo com o Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO), Etapa Ensino Médio, analise as afirmações a seguir.

I. É apresentado como documento que referencia a elaboração das propostas pedagógicas das Unidades Escolares do território tocaninense, dando continuidade às definições expressas no currículo das etapas e das modalidades de ensino, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

II. Representa a revisão curricular com base no desenvolvimento de competências e habilidades gerais e por Área de Conhecimento, com a perspectiva de atender o percurso formativo do novo Ensino Médio.

III. Estabelece o Ensino Médio como o percurso formativo fundamentado na flexibilização curricular que abrange a formação geral básica e os itinerários formativos.

É correto o que se afirma em

- A) I e III apenas.
- B) I apenas.
- C) II apenas.
- D) III apenas.
- E) I, II e III.

#### QUESTÃO 25

Considere a transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental. Aponte as alternativas que apresentam ações consonantes com a proposta pedagógica defendida no Guia de Implementação do DCT.

I. Por meio da construção de uma agenda pedagógica, criar estratégias para análise e construção de um percurso contínuo de aprendizagem; em níveis crescentes de complexidade conceitual.

II. Realizar planejamento integrado visando à continuidade e à progressão das aprendizagens e favorecendo a articulação entre as diferentes etapas de ensino.

III. Executar projetos pedagógicos com foco na troca de informações, estímulo da criatividade; desenvolvimento da consciência social e pensamento complexo, de forma a assegurar que o aluno exerça o papel de protagonista no desenvolvimento da aprendizagem.

É correto o que se afirma em

- A) I e II apenas.
- B) I apenas.
- C) II apenas.
- D) III apenas.
- E) I, II e III.

**QUESTAO 26**

O novo modelo de Ensino Médio proposto no Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO), Etapa Ensino Médio, apresenta orientações que:

I. direcionam o currículo para os interesses profissionais e acadêmicos do estudante, possibilitando-lhes seguir seu caminho após a conclusão da Educação Básica;

II. objetivam consolidar, aprofundar e ampliar as aprendizagens, visando à formação integral que atenda necessidades e interesses dos estudantes;

III. estabelecem o Ensino Médio como o percurso formativo fundamentado na flexibilização curricular, que abrange a formação geral básica e os itinerários formativos;

IV. apresentam conteúdos estão a serviço do desenvolvimento de competências e habilidades, as quais estão organizadas por área de conhecimento.

É correto o que se afirma em

- A) II e IV apenas.
- B) I e II apenas.
- C) I, II e III apenas.
- D) III e IV apenas.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTAO 27**

Segundo o DCT-TO, ao discutirmos os sujeitos do Ensino Médio, encontramos uma diversidade

de juventudes: negros, indígenas, ribeirinhas, assentados, quilombolas, jovens do campo e da zona urbana, jovens de vários grupos e guetos. Dessa forma, a proposta pedagógica da escola deve conduzir as ações pedagógicas de toda a equipe escolar, fundamentadas na perspectiva de:

I. proporcionar experiências e processos pedagógicos que garantam as aprendizagens essenciais, com leitura crítica da realidade, articulando o saber escolar aos desafios contemporâneos, sejam sociais, econômicos ou ambientais;

II. apresentar o mundo como um campo aberto para investigação e intervenção quanto aos aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, discutindo e equacionando soluções para questões que perpassam as gerações;

III. compreender os sentidos elaborados pelos jovens na coletividade, seus grupos de estilo e identidades culturais e territoriais, respeitando as diferenças de concepções entre as gerações, quanto à educação, à autoridade, à sociabilidade, aos valores e ao conhecimento;

IV. conceber a constituição das identidades juvenis em espaços-tempo de sociabilidades e práticas coletivas, que são espaços de autonomia e podem ser transformados com sua própria concepção;

V. compreender o “ser jovem” no contexto das transformações sociais contemporâneas e da multiplicidade de caminhos existentes para a vivência do tempo de juventude.

É correto o que se afirma em

- A) II, III, IV e V apenas.
- B) I, II e III apenas.
- C) II, IV e V apenas.
- D) III, IV e V apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

**Texto para as questões 28 e 29.**

O Programa Evasão Escolar: Nota Zero (PEENZ), implantado pela Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, caracteriza-se como um processo de inclusão escolar por meio de ação articulada entre a Seduc, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Prefeituras Municipais, Conselhos Tutelares e Sociedade.

Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/209883>. Acesso em 13 set. 2024.

#### QUESTAO 28

Nas orientações para operacionalização do Programa Evasão Escolar: Nota Zero, são apresentadas as atribuições e as competências dos profissionais das unidades escolares. Cabe ao Diretor:

I. realizar diagnóstico evidenciando causas da exclusão e do abandono escolar, definir ações de intervenção com respeito às características da realidade social na qual a escola está inserida;

II. normatizar a execução do Programa Evasão Escolar: Nota Zero nas unidades escolares da rede estadual de ensino e nas diretorias regionais de educação;

III. promover ações de reconhecimento público às unidades escolares que apresentarem menores índices de abandono escolar e às que alcançarem altos índices de retorno dos estudantes inicialmente infrequentes;

IV. organizar os registros com os devidos formulários do CIFI, para os professores preencherem com os dados dos estudantes infrequentes;

V. garantir a inserção no Projeto Político Pedagógico de ações relacionadas à prevenção da evasão escolar e acompanhamento ao estudante regresso.

É correto o que se afirma em

- A) I e V apenas.
- B) II e III apenas.
- C) I, III e IV apenas.

D) III e IV apenas.

E) I, II, III, IV e V.

#### QUESTAO 29

No monitoramento das ações do PEENZ, cabe à Secretaria Estadual de Educação

A) solicitar até o dia 28 de cada mês às unidades escolares os registros da planilha de ações do programa, tabular os resultados e encaminhar bimestralmente por meio de relatório à equipe da Unidade Executiva de Orientação Educacional para apreciação e avaliação.

B) preencher o formulário de controle interno de faltas injustificadas (CIFI) quando identificadas três faltas e/ou dias consecutivos ou sete faltas e/ou dias alternados, no período de trinta dias e comunicar, imediatamente, ao coordenador pedagógico.

C) reunir-se com a Escola de Família, comitê de Busca Ativa Escolar, Conselho Tutelar e Supervisor da DRE, para as intervenções necessárias.

D) receber o relatório das ações enviado pela equipe do PEENZ das DRE para acompanhamento, avaliação e análise juntamente com a equipe intersetorial. Após as análises, dar devolutivas para as DRE.

E) realizar o acompanhamento periódico e sistemático dos formulários do CIFI em um prazo máximo de sete dias a partir do comunicado dos professores e encaminhar ao Orientador Educacional para as devidas providências.

#### QUESTAO 30

O Guia de Implementação do Documento Curricular do Tocantins Educação Infantil e Ensino Fundamental tem como objetivo orientar e esclarecer as responsabilidades de cada instância envolvida no processo de ensino e aprendizagem. Analise as atribuições a seguir, relacionando-as ao seu executor.

I. Criar um ambiente propício para que a multiplicação das formações seja realizada nas unidades educacionais, visando garantir a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes em todos os aspectos de seu desenvolvimento.

II. Planejar, organizar e executar a multiplicação das formações continuadas, conforme cronograma previsto no campo estabelecido de sua rede, promovendo ações pedagógicas que articulem a prática com a teoria.

III. Considerar as transições entre as etapas de ensino, estabelecendo organizações pedagógicas que assegurem a compatibilidade entre a singularidade do docente e o perfil da turma, favorecendo um percurso contínuo de aprendizagem.

IV. Planejar e executar o trabalho pedagógico, em consonância com o DCT e o PPP da escola, buscando desenvolver habilidades que promovam desenvolvimento integral dos estudantes.

Executor:

- Formador-multiplicador
- Diretor Escolar
- Diretoria Regional de Educação
- Professor

A sequência correta, de cima para baixo, é

- A) II, III, I e IV.
- B) I, II, III e IV.
- C) III, IV, II e I.
- D) IV, III, II e I.
- E) I, II, IV e III.

## DIMENSÃO JURÍDICA

### QUESTÃO 31

O art. 205 da Constituição Federal de 1988 define que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em complemento a isso, o art. 206 enfatiza que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I. igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV. cobrança de taxas para manutenção do ensino público em estabelecimentos oficiais.

É correto o que se afirma apenas em

- A. II e III.
- B. I e III.
- C. I e IV.
- D. I, II e III.
- E. II, III e IV.

### QUESTÃO 32

O art. 217 da Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;

II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III. o tratamento igual para o desporto profissional e o não profissional;

IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

É correto o que se afirma apenas em

- A. II e III.
- B. I e II.
- C. I, II e IV.
- D. II, III e IV.
- E. III e IV.

### QUESTÃO 33

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, define no art. 4º que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Notadamente, a garantia de prioridade definida em seu parágrafo único compreende:

I. primazia de receber proteção e socorro em circunstâncias específicas;

II. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

IV. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

É correto o que se afirma apenas em

- A. II, III e IV.
- B. I e II.

C. II e IV.

D. I, III e IV.

E. III e IV.

#### QUESTAO 34

O Capítulo II do ECA trata de questões vinculadas ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Nesse sentido, o art. 15. define que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Nesse sentido, o art. 16 estabelece que o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I. ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços restritos;

II. opinião e expressão;

III. crença e culto religioso;

IV. brincar, praticar esportes e divertir-se.

É correto o que se afirma em

A. III e IV apenas.

B. I, III e IV apenas.

C. II e IV apenas.

D. II, III e IV apenas.

E. I, II, III e IV.

#### QUESTAO 35

A Instrução Normativa nº 13, de 16 de outubro de 2023, estabelece critérios, procedimentos e responsabilidades para o acesso de uso de espaços de unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Tocantins. Nesse sentido, identifica-se que:

I. são considerados espaços da rede estadual de ensino as unidades escolares e suas quadras esportivas e auditórios;

II. é permitido o uso desses espaços para realização de seminários, congressos, festividades de rock e shows musicais de modo geral;

III. o uso do espaço escolar da rede estadual de ensino pode ocorrer de modo gratuito ou oneroso;

IV. é vedada a autorização de uso para eventos que possam interferir no desenvolvimento das atividades escolares.

É correto o que se afirma apenas em

A. I, III e IV.

B. II e III.

C. I e IV.

D. III e IV.

E. II, III e IV.

#### QUESTAO 36

A Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, dispõe sobre a regulação da Educação Básica. Nesse sentido, o funcionamento das escolas pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Tocantins (SEE/TO) estará sujeito aos seguintes atos:

I. regulação da instituição, mediante credenciamento, credenciamento na forma de aditamento e recredenciamento;

II. regulação da oferta de ensino, mediante autorização para oferta de ensino da Educação Básica, reconhecimento de ensino, renovação e reconhecimento de ensino, aprovação de estrutura curricular;

III. prorrogação de ato regulatório, regulamentação de turmas anexas/extensão;

IV. mudança automática de endereço, de denominação e de regime de oferta.

É correto o que se afirma apenas em

A. III e IV.

B. II e III.

- C. I e IV.
- D. II, III e IV.
- E. I, II e III.

#### QUESTAO 37

A respeito da autorização de funcionamento de turmas anexas, a Resolução CEE/TO nº 18, de 16 de janeiro de 2024, dispõe que elas devem ser organizadas em espaços físicos destinados à oferta da Educação Básica e suas modalidades, que funcionem fora da sede da unidade de ensino, com oferta regulamentada pelo CEE/TO, sob a responsabilidade administrativa e pedagógica da unidade de ensino de origem. A respeito disso, o art. 19 define que é necessário:

- I. apresentação de ofício da unidade de ensino ao Presidente da Câmara Municipal solicitando a abertura de turma anexa;
- II. comprovação de demanda, com evidências;
- III. documento comprobatório da cessão e/ou locação do espaço com a descrição de cada ambiente;
- IV. comprovação de recursos materiais e financeiros para atendimento à demanda.

É correto o que se afirma apenas em

- A. II, III e IV.
- B. I e IV.
- C. II e III.
- D. I, II e IV.
- E. I e II.

#### QUESTAO 38

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como LDB, foi instituída com a finalidade de estabelecer as diretrizes e as bases da educação nacional.

A respeito dos princípios e dos fins da educação nacional, o art. 3º da LDB define que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. igualdade de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância.

É correto o que se afirma em

- A. I e II apenas.
- B. II e III apenas.
- C. I, II e IV apenas.
- D. I, III e IV apenas.
- E. I, II, III e IV.

#### QUESTAO 39

A todos os cidadãos é garantido o direito à educação. Nesse sentido, o art. 4º da LDB estabelece que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I. Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II. progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade ao Ensino Médio;
- III. atendimento educacional especializado com cobrança de taxas aos educandos com necessidades especiais;
- IV. atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.



É correto o que se afirma apenas em

- A. I e III.
- B. II e III.
- C. I, II e IV.
- D. II, III e IV.
- E. I e II.

**QUESTAO 40**

A respeito da organização da educação nacional, o art. 9º da LDB define que a União incumbir-se-á de:

- I. elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios;
- II. organizar, manter e desenvolver órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos territórios;
- III. baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- IV. autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

É correto o que se afirma em

- A. II e III apenas.
- B. III e IV apenas.
- C. II, III e IV apenas.
- D. I e II apenas.
- E. I, II, III e IV.

## DIMENSÃO FINANCEIRA

### Texto para as questões 41 e 42.

A Lei nº 1.616, de 13 de outubro de 2005, regula a transferência de recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, Nacional de Alimentação e de Manutenção do Transporte Escolar, além de estabelecer outras disposições. Essa legislação trata do processo de transferência de recursos financeiros alocados no orçamento do Estado, destinados à execução dos referidos programas. A transferência é formalizada por meio de repasse financeiro direto às Unidades Executoras (UEX), sob a forma de subvenção social ou auxílio. Conforme a Lei, as UEX são associações de apoio às escolas da rede estadual, responsáveis pela gestão dos recursos dos Programas Escola Comunitária de Gestão Compartilhada e Nacional de Alimentação Escolar. No caso do Programa de Manutenção do Transporte Escolar, os municípios do Tocantins atuam como parceiros responsáveis.

### QUESTAO 41

De acordo o art. 4º da Lei nº 1.616/2005, a Secretaria da Educação é autorizada a:

I. baixar normas complementares a essa Lei, em especial os critérios de cálculo de repasse financeiro para a execução dos Programas;

II. transferir, de forma direta, para as UEX os recursos financeiros mencionados na Lei, necessários à execução dos Programas, dispensada a formalização de convênio, ajuste, acordo, contrato ou outro instrumento congênere, substituídos pelas normas complementares;

III. suspender o repasse dos recursos financeiros às UEX que descumprirem as regras dessa Lei, de seu regulamento ou de outras normas aplicáveis à matéria.

É correto o que se afirma em

- A) II e III apenas.
- B) I e II apenas.

C) I apenas.

D) II apenas.

E) I, II e III.

### QUESTAO 42

Caso a UEX descumpra as regras da Lei e haja a suspensão do repasse de recurso, conforme o parágrafo único do art. 4º,

A) formaliza-se um novo convênio com ajuste de acordo.

B) normaliza-se o repasse financeiro tão logo a irregularidade seja sanada.

C) cria-se um outro instrumento para disciplinar os repasses futuros.

D) baixam-se normas complementares para os cálculos de recursos futuros.

E) formaliza-se novo contrato com a UEX com normas complementares.

### Texto para as questões 43 a 45.

A Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024, instituiu a Solução BB Gestão Ágil como ferramenta para comprovar a execução dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Além disso, essa Resolução introduz mudanças no atendimento da alimentação escolar para alunos da Educação Básica, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme o disposto, todas as prestações de contas dos programas desenvolvidos no âmbito do FNDE deverão ser realizadas por meio da Solução BB Gestão Ágil, oferecida pelo Banco do Brasil, que centraliza informações sobre receitas, gastos, aplicações financeiras e documentos comprobatórios de despesas.

**QUESTAO 43**

Nesse contexto, para fins de aplicações dessa Resolução, são considerados programas desenvolvidos no âmbito do FNDE:

A) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa de Apoio às Novas Turmas de Educação Infantil; Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil.

B) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Fortalecimento da Educação do Tocantins (PROFE); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa de Apoio às Novas Turmas de Educação Infantil; Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil.

C) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Novo Ensino Médio; Programa de Apoio às Novas Turmas de Educação Infantil; Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil.

D) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa de Apoio às Novas Turmas de Educação Infantil; Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil; Compromisso Nacional pela Criança Alfabetizada.

E) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); Plano Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa de Apoio às Novas

Turmas de Educação Infantil; Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil.

**QUESTAO 44**

A execução financeira do PDDE e de suas ações integradas obedecerá à comprovação exigida nos termos da Resolução nº 7 do FNDE. A referida Resolução define as prefeituras municipais e as secretarias estaduais e distrital de educação, que representam unidades escolares públicas com até 50 estudantes matriculados, como

- A) Unidade Executora Própria (UEX).
- B) Entidade Executora (EEX).
- C) Entidade Mantenedora (EM).
- D) Unidade Executora Privada (UPX).
- E) Entidade Mantenedora Secundária (EMs).

**QUESTAO 45**

Uma organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas, integrada por membros da comunidade escolar e comumente denominada de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, entre outras denominações, segundo a Resolução nº 7 do FNDE, trata-se de uma

- A) Entidade Mantenedora Secundária (EMs).
- B) Entidade Executora (EEX).
- C) Entidade Mantenedora (EM).
- D) Unidade Executora Própria (UEX).
- E) Unidade Executora Pública (UPP).

**Texto para as questões 46 e 47.**

A Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, estabelece orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento

da execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em conformidade com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O texto destaca a importância de fortalecer a autonomia e a autogestão das escolas públicas e das instituições de educação especial ou de atendimento gratuito e direto ao público, qualificadas como beneficentes de assistência social. A Resolução também sublinha os benefícios decorrentes da simplificação e da racionalização dos procedimentos administrativos, bem como a necessidade de sistematizar e aperfeiçoar os processos de repasse de recursos do PDDE e ações integradas às escolas beneficiárias.

Dessa forma, o Governo Federal identificou a necessidade de um instrumento jurídico que disciplinasse os critérios para repasse, execução, prestação de contas, monitoramento e fiscalização do PDDE. A Resolução e seus dispositivos abrangem todas as ações integradas ao PDDE, geridas pelo MEC, com diretrizes, objetivos e beneficiários claramente definidos. A compreensão dos princípios legais que norteiam o planejamento, a execução e a prestação de contas da utilização dos recursos públicos é fundamental para assegurar a efetivação dos princípios de uma gestão democrática.

#### QUESTAO 46

Os recursos financeiros do PDDE e Ações Integradas destinam-se a beneficiar estudantes matriculados nas:

- I. escolas públicas de Educação Básica e Ensino Superior das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- II. escolas públicas de Educação Especial das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- III. escolas privadas de Educação Especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público.

É correto o que se afirma em

- A) II e III apenas.
- B) I, II e III.

C) I e III apenas.

D) II apenas.

E) III apenas.

#### QUESTAO 47

Os dados das escolas que serão contempladas com os repasses dos recursos do PPDE serão levantados no ano anterior ao do repasse e serão extraídos do

- A) IDEB do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação.
- B) SAEB do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação.
- C) Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação.
- D) SGE (Sistema de Gerenciamento Escolar) da Secretaria de Educação que repassa do MEC.
- E) SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento e Controle) vinculado ao FNDE e ao MEC.

#### QUESTAO 48

Conforme a Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, que estabelece orientações para o apoio técnico e financeiro, além da fiscalização e monitoramento na execução do PDDE, o art. 7º determina que, para serem beneficiadas com recursos do PDDE e das Ações Integradas, as escolas públicas de Educação Básica deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas Unidades Executoras (UEX). Nesse contexto, é correto afirmar que

- A) somente são obrigadas a constituir sua UEX as escolas que possuírem acima de 100 alunos.
- B) a constituição de UEX dar-se-á em Assembleia Geral de professores, pais, estudantes, funcionários e demais membros da comunidade.

C) é dispensável o Estatuto Social da Unidade Executora Própria.

D) indicar ou escolher entre os pares e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.

E) lavrar a ata da Assembleia Geral de constituição da Unidade Executora, dispensando as assinaturas dos participantes da reunião.

#### Texto para as questões 49 a 50.

O Novo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), instituído pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, marca um avanço significativo no financiamento da educação no Brasil. A promulgação da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, tornou o FUNDEB permanente na Constituição Federal de 1988, e esse processo contou com a participação ativa de diversas organizações da sociedade civil, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entre outras.

Um dos principais avanços trazidos pela aprovação do novo FUNDEB foi o aumento da contribuição da União para o fundo, que passou de 10% para 23%, de forma progressiva até 2026. Além disso, uma inovação importante é a introdução da parcela do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), que destina recursos aos entes federados, porém vinculados ao cumprimento de determinadas condicionalidades. Ou seja, esses recursos só ficam disponíveis após a comprovação de que as condições exigidas foram atendidas. O art. 14º da Lei prevê que a complementação do VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem essas condicionalidades e apresentarem melhorias nos indicadores de desempenho educacional.

#### QUESTAO 49

A primeira condicionalidade disposta no art. 14 aponta o provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo alguns critérios, ou seja, os entes federados devem comprovar que, em suas redes de ensino, os gestores escolares são escolhidos conforme critérios

A) técnicos de mérito e desempenho, feito após a eleição realizada pela comunidade escolar.

B) técnicos de mérito de candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho.

C) técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada pela comunidade escolar, com seleção prévia por avaliação de mérito e desempenho.

D) técnicos para escolha de uma assembleia designada pelos dirigentes ou representantes dos entes federados.

E) como lista tríplice construída por mérito e desempenho, seguida de apreciação pelo conselho escolar da comunidade.

#### QUESTAO 50

Conforme art. 14, a segunda condicionalidade para os entes federados, referente à participação dos estudantes em cada ano escolar, é avaliada periodicamente por meio dos exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Para que os entes federados tenham direito ao recebimento da parcela do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), é estipulado que eles devem comprovar o cumprimento dessa condicionalidade com uma participação mínima de

A) 80% dos estudantes.

B) 70% dos estudantes.

C) 60% dos estudantes.

D) 50% dos estudantes.

E) 40% dos estudantes.